

Jane Araújo



Marcia Kallme

ENTENDIMENTO Sarney preside reunião em que líderes definem projetos que terão prioridade. O ministro Aldo Rebelo (cumprimentando Arthur Virgílio) tenta acordo para votação do projeto das PPPs

Plenário examina nesta semana cinco MPs e reforma do Judiciário

Em duas sessões hoje, pela manhã e à tarde, os senadores deverão votar cinco medidas provisórias e destaques apresentados à reforma do Judiciário. Em reunião com o presidente do Senado, José Sarney, os líderes partidários definiram ontem a agenda de votações até as eleições de 3 de outubro

Páginas 3 e 4

CPI avalia trabalho em busca de entendimento

A CPI do Banestado reúne-se hoje para votar 52 requerimentos e avaliar o método de trabalho adotado até agora. A comissão busca entendimento entre seu presidente, senador Antero Paes de Barros, e o relator, deputado José Mentor. Líderes governistas afirmam que a comissão parlamentar de inquérito promoveu quebra indiscriminada de sigilos e que Antero teria vazado documentos sigilosos. O senador nega a acusação.

Página 7



J. Freitas

MUDANÇAS Substituto de Osmar Dias (E), ao lado de Hélio Costa, foi aprovado pela CE com modificações

Comissão aprova o uso restrito de células-tronco em pesquisa

Página 5

Meirelles e Casseb serão ouvidos por comissões

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu ouvir os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil em audiência pública. Henrique Meirelles foi formalmente convidado a falar sobre as medidas já adotadas para reduzir a vulnerabilidade externa do país. Cássio Casseb deverá explicar os critérios de concessão de patrocínios do Banco do Brasil. A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle.

Página 6



VANTAGEM Proposta de Mozarildo beneficia orquestras e músicos profissionais registrados

Instrumento musical importado pode ser isento

A Comissão de Educação (CE) deve votar projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que isenta do Imposto sobre Importação os instrumentos musicais quando importados diretamente por orquestras ou entidades afins. Para uso pessoal, terão direito à isenção os músicos profissionais, regularmente inscritos no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil há pelo menos dois anos da data do pedido do benefício.

Ao ser apresentada, a proposição (PLS 86/04) foi distribuída somente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa. Mas, a pedido de Osmar Dias (PDT-PR), que preside a CE, o Plenário decidiu que o texto será avaliado preliminarmente por essa comissão. O relator é o senador João Ribeiro (PFL-TO).

Na justificativa da proposta, Mozarildo lembra que é dever constitucional do Estado apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Agenda

Plenário realiza hoje duas sessões deliberativas

Os senadores votam hoje, em sessão marcada para as 10h, medidas provisórias que trancam a pauta da Casa. Entre elas, a que libera recursos para os ministérios (MP 184/04) e a que trata da remuneração dos militares integrantes de missões de paz no exterior

(MP 187/04). Às 14h30, o Plenário reúne-se novamente e, se a pauta estiver liberada, pode discutir os destaques apresentados pelos parlamentares à reforma do Judiciário (PEC 29/00), além da Lei de Biossegurança (PLC 9/04).

CPI examina requerimentos

Foi adiada para hoje, às 13h, a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado (CPI) que vai analisar requerimentos solicitando audiências públicas. Entre eles, os que convocam ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles (E), e do Banco do Brasil, Cássio Casseb (D).



Belezas do Amapá em livro de Daniel de Andrade

O fotógrafo Daniel de Andrade lança hoje, no hall da biblioteca do Senado, o livro *Amapá*. O evento, marcado para as 18h30, é uma iniciativa do senador João Capiberibe (PSB-AP), que já foi governador do estado. A publicação apresenta as belezas da região, que tem características amazônicas.

CCJ pode debater uso de cartões pela Presidência da República

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove reunião, a partir das 10h. Em discussão, requerimentos solicitando informações sobre o uso dos cartões de crédito corporativos da Presidência da República e sobre o financiamento concedido pelo Banco do Brasil ao Partido dos Trabalhadores para a compra de computadores para diretórios do partido.



Comissão vota nome para direção da Anvisa

A indicação de Dirceu Raposo de Mello ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para ocupar a vaga de Luís Carlos Lima, vai ser discutida hoje, às 11h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O colegiado vota ainda projeto que amplia período máximo de percepção do seguro-desemprego (PLS 54/02).

TV discute pirataria no Brasil

O programa *Cidadania*, a ser apresentado pela TV Senado hoje, às 19h30, discute a questão da pirataria no país. Participam do debate o presidente da Associação Brasileira de Combate à Pirataria, Aleksander Santos, e o coordenador do grupo de trabalho antipirataria do Ministério da Ciência e Tecnologia, Marcelo Lopes.

Fale com o Senado

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional durante 24 horas. As sugestões, dúvidas ou reclamações da população são encaminhadas aos órgãos de competência. Os interessados podem acessar o serviço pelo número 0800 61-2211.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



BENEFÍCIO Processos que envolvem portadores de deficiência devem ter tramitação agilizada, propõe Alvaro

Alvaro sugere que Justiça dê prioridade a deficientes

Encerrou-se no último dia 6, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o prazo para recebimento de emendas ao projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que determina prioridade na tramitação, em qualquer instância judiciária, de processos em que figure como parte ou como interveniente pessoa portadora de deficiência.

Na justificativa do projeto (PLS 216/04), o senador lembra que a Constituição de 1988 inovou ao institucionalizar a proteção especial do Estado às pessoas portadoras de deficiência, levando à elaboração da Lei 7.853/88, que regula o assunto. Ele ainda assinala que, entre outros itens, a lei determina tratamento prioritário e adequado aos deficientes, para que lhes seja efetivamente assegurado o pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

Correção

Alvaro acrescenta que, com sua proposta, pretende preencher o que considera uma lacuna da legislação. "A absoluta necessidade de prioridade na esfera do Poder Judiciário evidencia-se nos exemplos de ações que se prolongam ao longo dos anos, em detrimento das pessoas portadoras de deficiência, em ações relativas a acidentes de trabalho, erros médicos, demissões ilegais, acidentes de trânsito com vítima, inventários e sucessão, entre outros", enfatiza o senador.

Como exemplo, ele citou informações da Associação Brasileira de Portadores da Síndrome da Talidomida, segundo as quais há inúmeros casos de ações que prejudicam os portadores dessa síndrome, com deficiência grave ou severa.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

VOTAÇÕES

Plenário realiza hoje duas sessões – pela manhã e à tarde. Acordo definido ontem prevê mais dois períodos de esforço concentrado antes do pleito de outubro: um na última semana deste mês e outro após o feriado de 7 de setembro

Jane Araújo



PROPOSTAS Entendimento sobre projetos que serão submetidos a deliberação antes das eleições foi definido em reunião de Sarney com líderes partidários

Cinco medidas provisórias trancam a pauta do Plenário

Uma das cinco medidas provisórias (MP 184/04) que aguardam votação do Plenário abre crédito extraordinário de R\$ 100 milhões aos ministérios, entre outras coisas para instalação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima (Nepom) nos principais portos do país. Parte do dinheiro será usada na compra de lanchas e armamentos para defesa dos portos do país, incluindo instalação de cercas, portões, câmeras de vigilância e computadores.

Outra MP (nº 185/04) estende às pessoas com idade acima de 60 anos o recebimento, em parcela única, da correção monetária do FGTS referente aos Planos Collor 1 e Verão, desde que tenham assinado o termo de desistência de ação judicial para receber o dinheiro. A medida foi editada para adequar a lei que autoriza o pagamento da correção ao Estatuto do Idoso, que baixou de 70 para 60 anos a idade para uma pessoa ser considerada idosa.

Primeiro emprego

A terceira medida provisória (186/04), que se transformou em Projeto de Lei de Conversão 41/04 (por ter sido modificada na Câmara), faz alterações no Programa Nacional do Primeiro Emprego, corrigindo problemas verificados desde seu lançamento, em outubro do ano passado, os quais desestimularam as empresas a contratar jovens de 16 a 24 anos. A proposição aumenta o subsídio oferecido às médias e grandes empresas e elimina a exigência de que elas não reduzam o número de empregados nos 12 meses seguintes. Agora, exige-se que a empresa não tenha diminuído o quadro de funcionários nos 12 meses anteriores à adesão ao programa.

A quarta MP (187/04) da pauta da sessão de hoje promove mudanças na forma de remuneração dos militares que integram tropas enviadas ao exterior em missão de paz.

A última medida provisória (188/04) abre um crédito extraordinário de R\$ 167 milhões ao Ministério da Defesa, para bancar gastos com os soldados enviados ao Haiti e ao Timor Leste.

Senado pode decidir esta semana sobre MPs e reforma do Judiciário

Os senadores foram convocados para duas sessões hoje, uma pela manhã e outra à tarde, quando deverão votar cinco medidas provisórias que vêm trancando a pauta do Plenário e ainda destaques apresentados à proposta da reforma do Judiciário. A convocação, feita pelo presidente do Senado, José Sarney, é fruto de acordo acertado ontem pelos líderes partidários sobre as votações da Casa até as eleições de 3 de outubro.

Ficou ainda decidido que o Senado não terá votações na próxima semana, quando os parlamentares poderão participar da campanha eleitoral em seus estados – haverá apenas

sessões não-deliberativas do Plenário. Novo esforço de votação será feito pelos senadores na última semana deste mês e outro após o feriado de 7 de setembro.

Nessas duas ocasiões, o Plenário tentará encerrar o exame da reforma do Judiciário – se não conseguir nesta semana – e apreciar a Lei de Biossegurança. O projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs) não deverá ser votado antes das eleições, mas a ideia dos líderes partidários é avançar as negociações para que a matéria esteja pronta para deliberação do Plenário logo após as eleições.

À saída da reunião dos lí-

deres com o presidente José Sarney, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), afirmou que o projeto das PPPs “não pode ser votado a toque de caixa”, por sua importância para o país. Ele observou que o Congresso “está atropelado por um processo eleitoral”, que exige a presença dos parlamentares em seus estados.

A votação das cinco medidas provisórias e dos destaques apresentados à reforma do Judiciário deveria ter ocorrido ainda ontem, mas as reuniões do Senado e da Câmara foram suspensas por causa da morte do deputado Afonso Gil (PI). Toda a pauta foi transferida

para hoje, quando se realiza a primeira sessão deliberativa do Senado depois do recesso de meio de ano.

As cinco medidas provisórias têm prioridade de votação e vêm bloqueando a pauta do Plenário porque foram assinadas pelo presidente da República há mais de 45 dias. Constam da ordem do dia outros itens, entre eles o projeto que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de informática. Este, no entanto, pode ser adiado para o final de agosto se até a hora da votação não houver acordo partidário sobre o assunto.

Parte da emenda deve ir logo à promulgação

O relator da reforma do Judiciário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Jorge (PFL-PE), consolidou o bojo do projeto em quatro propostas: uma com os pontos não alterados pelo Senado, que permaneceram idênticos ao que foi aprovado pela Câmara; outra com os tópicos que foram modificados; e ainda duas novas propostas de emenda constitucional (PECs). Os 165 destaques que serão agora analisados pelo Senado referem-se às duas primeiras, aprovadas pelo Senado em primeiro turno no final do semestre passado.

Após a decisão sobre os destaques, as PECs terão de ser

novamente votadas em segundo turno, quando não mais poderão ser oferecidas emendas de mérito. A primeira, se aprovada, irá logo à promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara. A segunda retorna àquela Casa, para que os deputados procedam ao reexame da matéria, avaliando as alterações introduzidas pelo Senado. Já as duas novas PECs precisam ser aprovadas em dois turnos pelos senadores para seguirem, então, à Câmara. Se modificadas pelos deputados, voltarão à deliberação dos senadores.

Entre os pontos que não foram modificados na CCJ, mas que podem ser alterados pelos destaques, estão a adoção da

súmula vinculante, que impede a interposição de recursos em casos análogos a outros que tenham decisões definitivas de mérito proferidas por pelo menos dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF); a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que deverá zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pela legalidade dos atos administrativos praticados por integrantes do mesmo Poder; e o fim das férias coletivas forenses.

Os dispositivos alterados pelos senadores que serão novamente apreciados pelos deputados referem-se à competência dos Tribunais de Justiça para julgar prefeitos; ne-

cessidade de três anos no cargo de magistrado para ter direito à vitaliciedade; proibição do nepotismo nos tribunais; composição do Superior Tribunal Militar (STM); edição de súmula impeditiva de recursos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A primeira das duas novas PECs propostas por José Jorge modifica o pagamento de precatórios. A outra determina a criação de juizados de instrução criminal para as infrações penais nela definidas.

A reforma do Judiciário tramita no Congresso há 12 anos e se encontra no Senado desde o ano 2000.

VOTAÇÕES

Arthur Virgílio defende alterações nos pontos polêmicos do projeto das parcerias público-privadas. Os líderes do governo e do PT acreditam em acordo para votação em Plenário

Governo inicia diálogo com a oposição sobre projeto das PPPs

O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, reuniu-se ontem com os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), em busca de um entendimento para a votação do projeto referente às parcerias público-privadas (PPPs). Ele saiu do encontro confiante na possibilidade de acordo, mas os líderes disseram que, como se encontra, o projeto não será aprovado.

– Da forma como está, não tem jeito. Esse projeto agride a Lei de Responsabilidade Fiscal, endivida estados, fere o princípio federativo e desmoraliza a Lei de Licitações. As parcerias público-privadas só serão votadas quando servirem ao país e não ao interesse imediatista do governo – afirmou Arthur Virgílio.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) confirmou esse entendimento. Para ele, o texto das parcerias público-privadas é profundamente prejudicial ao país.

– Não pode nem deve, sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista fiscal, ser aprovado – afirmou Jereissati.



ENTENDIMENTO Aldo Rebelo (D) conversa com Arthur Virgílio e José Agripino a respeito das parcerias público-privadas

O parlamentar cearense observou que, se for alterado nos seus pontos polêmicos, o projeto das PPPs é desejável para o país e deve ser aprovado rapidamente. “Isso depende só do governo”, assinalou.

Aldo Rebelo, porém, deixou a reunião esperançoso. O ministro informou que o governo está disposto a negociar com a oposição e a acolher sugestões que aperfeiçoem o projeto.

– Não vejo nada correndo risco de ir por água abaixo. Acho que dá para votar projeto, o desejo do governo e o interesse

do país clamam pela votação das PPPs. Julgo que o emprego, o salário e o desenvolvimento precisam desse projeto, o governo está convencido disso. Tenho também a convicção de que os líderes da oposição estão convencidos dessa necessidade – destacou Rebelo.

Meirelles e Casseb

Mas a pergunta mais insistente dos jornalistas, ao final da reunião, foi sobre a vinda dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, para prestarem esclarecimentos ao

Senado. José Agripino afirmou que a demora na vinda dos dois presidentes é negativa para a credibilidade dessas instituições financeiras.

– O quanto antes Henrique Meirelles e Cássio Casseb vierem se explicar no Congresso Nacional, mais rapidamente os argumentos que eles têm e que deverão ser apresentados terão poder de convencimento ou não. Se forem convincentes, ficará restabelecida a credibilidade do Banco do Brasil e do Banco Central – concluiu José Agripino.

Apesar da resistência, Mercadante quer acordo

O governo ainda não perdeu a esperança de conseguir um acordo com os opositores que permita a votação do projeto que institui e disciplina as parcerias público-privadas (PPPs) durante o esforço concentrado do Senado nos meses de agosto e setembro. Mesmo diante da resistência dos líderes da oposição de apressar os entendimentos para votação do projeto das PPPs, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem que não existe mais a exigência dos opositores de que a matéria só seja votada depois das eleições.

– Concluídas as negociações, queremos encaminhar a matéria para votá-la no período do esforço concentrado – declarou, apostando que será possível submetê-la inclusive ao Plenário. Por enquanto, o projeto está estacionado na Comissão de Assuntos Eco-



ESPERANÇA Mercadante sugere votação em Plenário durante esforço concentrado e Ideli pede à oposição que apresente propostas ao projeto

nômicos (CAE), aguardando acordo para ser incluído na pauta. Depois, deve seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), reforçou a expectativa de Mercadante. Ela afirmou que o governo quer que a oposição apresente suas propostas de modificação ao substitutivo aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

(CI) e que, acertadas as questões de mérito, seja possível um entendimento para votar o projeto antes das eleições municipais de outubro.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da matéria na CAE, pretende emitir parecer oral sobre as duas últimas emendas encaminhadas à comissão somente depois que for fechado o acordo entre o governo e os opositores.



Heráclito lamenta morte do deputado Afonso Gil

Ao encaminhar requerimento de pesar pelo falecimento do deputado federal Afonso Gil (PDT-PI), ocorrido na segunda-feira, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou “a morte prematura de um político jovem e promissor do estado do Piauí”.

Heráclito pediu à Polícia Civil e à Polícia Federal a apuração cuidadosa dos fatos que levaram à morte do deputado e lembrou que, em sua atuação como promotor, ele certamente deve ter feito inimigos.

Pelas tradições da Casa, será inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do deputado e enviadas condolências à família e ao governo do estado do Piauí.

Heráclito lamentou o ocorrido, dizendo que a morte de Afonso Gil abre uma lacuna difícil de ser preenchida pelos jovens talentos políticos piauienses. Ele registrou sua solidariedade à família e insistiu na necessidade de os fatos serem apurados com cautela e tranqüilidade, mas sem sensacionalismo.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou sua solidariedade à família do deputado Afonso Gil. Lembrando que o deputado piauiense integrou o Ministério Público, o parlamentar pelo Tocantins manifestou-se contrário à possibilidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, da chamada Lei da Mordada.

– Espero que a morte de Afonso Gil gere uma profunda reflexão sobre o papel do Ministério Público e o da imprensa, no momento em que todo o país discute esse tema, a meu ver, não prioritário e um pouco perigoso, pois todas as vezes em que se discute o papel da imprensa e o do Ministério Público nós, que defendemos a democracia, somos tomados por um certo receio – afirmou o senador.

Eduardo Siqueira Campos ressaltou que o Congresso Nacional tem o dever de garantir que todos os segmentos da sociedade possam ter tranqüilidade para atuar sem cerceamento.

Por outro lado, observou o senador, a garantia de um amplo espaço democrático não significa a ausência de punição para quem exceder seu papel.

Fotos: J. Freitas



DECISÃO Com apoio de Tião Viana e Lúcia Vânia, Jereissati aprovou emenda ao substitutivo limitando uso de célula embrionária humana. Sessão da CE foi acompanhada por pesquisadores

Senadores admitem uso de células-tronco

■ Integrantes da Comissão de Educação restringem a pesquisa a células em estoque, o que pode evitar a produção para fins comerciais

A Comissão de Educação do Senado aprovou ontem uma forma restrita de utilização de células embrionárias humanas em pesquisas genéticas voltadas à cura de doenças. Desde que impróprias para fertilização em laboratório, ou próprias mas sem perspectiva de serem usadas pelos pais, as células poderão ser manipuladas na busca de técnicas de alteração genética em tecidos humanos, com uma condição adicional: terão de pertencer ao estoque congelado nas clínicas de fertilização.

Substitutivo que o senador Osmar Dias (PDT-PR) ofereceu a projeto do Executivo, já aprovado pela Câmara (PLC 9/04), previa autorização em termos menos restritos. O projeto integra um conjunto de normas conhecido como biossegurança, e trata ainda das pesquisas e do cultivo de plantas geneticamente modificadas (transgênicas).

Osmar Dias havia proposto, no artigo 4º do substitutivo, que seria permitida a utilização, para fins terapêuticos, de células-tronco de conjuntos celulares embrionários humanos com até cinco dias de formação, produzidos para re-

produção por fertilização *in vitro*, e não utilizadas no respectivo procedimento, desde que precedida do consentimento fundamentado de seus doadores e, na ausência destes, dos seus sucessores.

Se essa versão tivesse sido aprovada, os cientistas poderiam usar qualquer célula gerada ao longo do tempo em processos de fertilização, desde que não ultrapassasse os cinco dias de formação, e a doação fosse autorizada pelos pais. O prazo de cinco dias garantiria que o material estivesse em estágio de célula embrionária, não se constituindo um embrião com terminações nervosas, por exemplo.

Com o apoio dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou e conseguiu aprovar emenda que modifica o artigo 4º. Além das células impróprias para a fertilização, poderão ser usadas as próprias, com três anos ou mais de congelamento na data da publicação da lei, ou as que, já congeladas na data da publicação da lei, vierem a completar três anos no estoque das clínicas. Manteve-se a obrigação de consentimento dos progenitores, com exceção dos casos em que estes sejam desconhecidos.

O assunto gerou amplo debate, que se centrou nas questões éticas em torno da pesquisa com células embrionárias. Osmar Dias e outros senadores são favoráveis à pesquisa com esse tipo de

célula por entender que não são embriões humanos e terão de ser descartados em algum momento pelas clínicas – são remanescentes de material usado em processos de fertilização. Senadores como Flávio Arns (PT-PR) são contra por acreditarem que a manipulação feriria o direito de seres humanos à vida.

Estoque

O texto resultante permitiu a pesquisa, mas, ao restringi-la ao estoque atual de células, evitará, em tese, a produção de material, também conhecido como célula-tronco, com fins comerciais. Jereissati argumentou que o estoque é suficiente para que sejam realizadas pesquisas pelos próximos cinco anos.

O senador Flávio Arns manifestou-se radicalmente contrário ao artigo 4º do relatório de Osmar Dias e chegou a propor que o Poder Executivo reeditasse uma nova medida provisória sobre o assunto. Já o senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse que o projeto é polêmico e classificou de inconstitucional a marcação de um prazo para utilização de embriões humanos congelados para pesquisa.

No texto do substitutivo, são caracterizados como crimes a engenharia genética em células germinais ou embriões humanos; a clonagem humana para fins reprodutivos; e entre outras, a produção de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível.

Nova Lei de Biossegurança amplia poder da CTNBio

O projeto da nova Lei de Biossegurança determina também que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) passa a ter competência para deliberar sobre pesquisas e comercialização de organismos geneticamente modificados (transgênicos). Mas o relator deixou claro no texto de seu parecer a possibilidade de os chamados órgãos de registro, a exemplo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), recorrerem da decisão.

O projeto segue agora para análise das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE), mas um acordo de líderes poderá permitir que a matéria seja encaminhada diretamente para votação em Plenário, conforme defendeu a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC). Para ela, a nova Lei de Biossegurança é de vital importância para o país e, portanto, deve ser aprovada ainda este ano.

Gerardo Alagôla



PROPOSTA Projeto de Tourinho transfere controle da Rede de Hidrometeorologia

Tourinho quer aperfeiçoar controle dos recursos hídricos

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei (55/04) transferindo da Agência Nacional de Águas (ANA) para a recém-criada Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a responsabilidade pela Rede de Hidrometeorologia Nacional. Pela proposta, recursos do Ministério de Minas e Energia destinados à gestão financeira da rede também serão transferidos para a EPE.

Ele explicou que cabe à rede a tarefa de levantar informações sobre a qualidade e a quantidade

das águas dos rios brasileiros e sobre a incidência das chuvas, para dar conhecimento aos órgãos responsáveis pelo planejamento energético do país.

No entanto, devido ao “acúmulo de diversas outras funções da ANA”, segundo Tourinho, a administração da rede não vem sendo eficiente. Ele lembrou que o trabalho da rede é essencial para calcular as vazões médias mensais nos locais de aproveitamento, visando ao planejamento energético e às simulações relativas aos sistemas elétricos.

– Para se ter uma idéia da gravidade que representa essa ineficiência, os elevados índices pluviométricos que vêm ocorrendo nos últimos meses no país não estão sendo monitorados, o que implica falta de continuidade dentro de um planejamento adequado – observou Tourinho, que foi ministro de Minas e Energia entre 1999 e 2001, durante o governo Fernando Henrique.

Tourinho garantiu que, com a transferência, a Empresa de Pesquisa Energética terá melhores condições técnicas para

cumprir suas funções específicas de elaborar estudos para o desenvolvimento dos planos de expansão da geração e transmissão de energia elétrica, a curto, médio e longo prazos.

O projeto iniciará sua tramitação no Senado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seguindo para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Depois, será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em regime de decisão terminativa, que dispensa votação em Plenário.

DENÚNCIAS

Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil deverão falar em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, segundo requerimentos aprovados ontem pela CAE

Comissões ouvirão Meirelles e Casseb

Os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima, serão ouvidos em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC), em data ainda a ser marcada. O convite a ambos, que já havia sido formulado na semana passada pela CFC, foi reiterado ontem pela CAE, após debate de mais de uma hora.

Ao final da discussão, os

integrantes da CAE decidiram aprovar requerimentos com o mesmo conteúdo dos já acolhidos pela CFC. Meirelles foi formalmente convidado, portanto, a falar sobre as medidas já adotadas para reduzir a vulnerabilidade externa do país. E Casseb, para prestar esclarecimentos sobre os critérios de distribuição de patrocínios do Banco do Brasil. Mas ambos deverão igualmente se pronunciar sobre denúncias publicadas pela imprensa a respeito de

temas como sonegação fiscal e transferência ilegal de recursos para o exterior.

A sugestão de se aprovar o convite aos presidentes dos dois bancos nos termos de requerimentos já aprovados pela CFC foi do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Até então, parlamentares da base governista pediam para se manter a discussão apenas na CFC, e senadores de oposição insistiam em que a CAE também participasse do

debate. Com isso, foram rejeitados os requerimentos do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), depois endossados por José Agripino (PFL-RN) e Efraim Morais (PFL-PB), solicitando de Meirelles esclarecimentos sobre denúncias de sonegação fiscal e evasão de divisas e, de Casseb, sobre a existência de contas no exterior não declaradas à Receita Federal.

Foi aprovado ainda pela comissão um adendo ao requerimento do senador Eduardo Su-

plicy (PT-SP) solicitando que, durante a audiência conjunta, sejam tratados temas como a retomada do crescimento econômico e a concessão de crédito para as microempresas e a agricultura familiar.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), comunicou ter recebido documento confidencial de Cássio Casseb. Tebet anunciou que o documento seria copiado e distribuído aos senadores da comissão antes da audiência.



ARGUMENTO Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos lembram que o colegiado é diretamente responsável pelo acompanhamento do desempenho econômico do governo federal

Senadores insistem na realização de audiência conjunta

O principal argumento utilizado pelos defensores da participação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em uma audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), para ouvir os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, Henrique Meirelles e Cássio Casseb, foi o de que a CAE é a comissão diretamente responsável pelo acompanhamento do desempenho da área econômica do governo.

Durante a reunião realizada ontem pela CAE, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou que, apesar de respeitar a decisão da CFC de ouvir os dois presidentes, faz parte da tradi-

ção do Senado a CAE participar de audiências com autoridades do setor. Ele demonstrou preocupação, porém, com a data a ser marcada para o debate.

– Notícias sobre os dois presidentes estão sendo manchetes todos os dias na imprensa e, se eu fosse líder do governo, seria o primeiro a querer esclarecer tudo rapidamente. Está sendo criado um ambiente de interrogação perante a sociedade – alertou.

Durante o debate dos requerimentos, o presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que aceitava a realização de audiência conjunta, mas ponderou que a exclusão da CAE do debate seria algo

chocante. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), enfatizou que a CAE deveria ser a primeira a se pronunciar sobre temas como os que serão tratados na audiência.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), garantiu que seu partido não pretendia pedir a cabeça dos presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, mas apenas ajudar a esclarecer denúncias sobre o comportamento de autoridades que, a seu ver, deveriam dar o exemplo a todo o país.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), lembrou que a CFC tem a prerrogativa de fiscalizar atos do Poder Executivo e pediu que não se sobrecar-

regasse a CAE no período de esforço concentrado, durante o qual poderão ser discutidos na comissão projetos como o que estabelece as parcerias público-privadas.

O autor dos requerimentos, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), afirmou que, no momento, não haveria discussão mais relevante do que a proposta por ele. O presidente da CFC, Ney Suassuna (PMDB-PB), observou que o governo quer transparência e que, em sua comissão, os presidentes dos dois bancos não teriam nenhuma vantagem em relação à CAE.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse não ver intuito desestabilizador no pedido

de audiência. Almeida Lima (PDT-SE) defendeu a realização de uma convocação, e não de convite, dos dois presidentes pela CAE. César Borges (PFL-BA) questionou o argumento de parlamentares governistas, segundo o qual a oposição estaria praticando o denunciamento.

– Esta acusação de denunciamento é algo que o PT não pode sequer levantar – assinalou.

O líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), ressaltou que é interesse do governo esclarecer os fatos. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou a moderação da CAE, ao aceitar a realização de audiência conjunta com a CFC.

DENÚNCIAS

Para Mercadante, comissão partiu para "quebra indiscriminada de sigilos". Antero refuta a acusação

CPI do Banestado quer garantir entendimento

A CPI do Banestado reúne-se hoje para votar 52 requerimentos e reavaliar o método de trabalho seguido até agora, na busca de entendimento entre seu presidente, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o relator, deputado José Mentor (PT-SP).

– A CPI perdeu o foco e partiu para uma quebra indiscriminada de sigilos bancários e fiscais sem critério, por razões políticas. Já há jurisprudência firmada nas CPIs do então presidente Collor e dos Anões do Orçamento de que só pode haver violação de sigilos caso a caso, e com objetivos e razões bem definidos – disse o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), reforçou a crítica. "Os documentos sigilosos estavam totalmente sob a guarda do presidente da CPI, o senador Antero, e fomos informados pelo relator de que não há con-

trole de quem os examina, as datas de entrada, as datas de consulta. É preciso impor normas mais rígidas para tudo isso, para que não haja vazamento e nem uso político de documentos sigilosos e que estão sob guarda da comissão", enfatizou a líder. Calcula-se que, no total, a CPI tenha pedido a quebra de 1.400 sigilos bancários e fiscais, cujos requerimentos foram votados em bloco.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros, refuta as acusações e garante que a maioria dos requerimentos veio do próprio relator. Antero repetiu que, desde junho, defende o fim da CPI, porque já haveria documentação suficiente para a "elaboração de um excelente relatório, sem que se maculasse a honra de nenhum inocente".

– O que o governo e seus líderes querem é desviar o foco das gravíssimas denúncias de irregularidades que começa-

ram com o caso Waldomiro Diniz. Não sou responsável por vazamento nenhum, e o relator, deputado José Mentor, tem o total controle dos documentos sob responsabilidade da comissão. Nenhum vazamento poderia ocorrer sem passar por ele – afirmou Antero.

O deputado Eduardo Valverde (PT-RO) prometeu apresentar requerimentos de convocação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do ex-ministro da Saúde José Serra e do ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio, que explicariam supostas remessas de dinheiro ao exterior. Mas os requerimentos devem ser derrubados.

– Há um visível conflito político na CPI, o que não é o objetivo inicial do trabalho, que visava apurar irregularidades nas contas CC-5 movimentadas pelo Banestado. É preciso que a comissão cumpra seu objetivo de forma responsável – disse Aloizio Mercadante.



DEBATE César Borges, Tourinho e Marco Maciel discutem a vinda da ministra de Minas e Energia à CI, presidida por José Jorge (sentado)

Comissão ouvirá Rousseff sobre modelo energético

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizará audiência pública com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para debater o novo modelo de funcionamento do setor elétrico definido pelo governo federal. A vinda foi garantida com a aprovação ontem, pelo colegiado, de requerimentos dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Delcídio Amaral (PT-MS). A intenção é discutir se o modelo proposto é atraente para novos investidores.

A audiência deve contar também com a participação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Carlos Lessa, do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Márcio Artur Laurelli Cypriano, e do vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), José Luiz Alquéres.

Durante a discussão do requerimento, o senador Rodolpho Tourinho explicou que é preciso saber se o modelo criado pelo governo conseguirá financiamentos tanto do BNDES quanto da iniciativa privada. O presidente da CI, senador José Jorge (PFL-PE), apoiou o requerimento e afirmou que agora é uma boa oportunidade para discutir o modelo. Tourinho lamentou que o governo não tenha debatido mais as mudanças com o Congresso antes de implementá-las.

Anatel

A Comissão de Infra-Estrutura também aprovou por unani-

midade, com 21 votos, pareceres favoráveis a duas indicações para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os nomes de Plínio Aguiar Júnior e Elifas Chaves Gurgel do Amaral ainda serão submetidos ao Plenário. Ambos foram indicados pela Presidência da República. O primeiro teve parecer favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o segundo, do senador Rodolpho Tourinho.

Inclusão digital

Durante a sabatina que precedeu a votação, Plínio Aguiar Júnior destacou a importância do cargo para promover a inclusão digital. Plínio trabalha no projeto de TV digital no Brasil e participou da implantação da Internet no país.

Já Elifas Chaves Gurgel do Amaral lembrou que a regulamentação de mercados de infraestrutura é um processo em contínua construção. Elifas também expressou preocupação com a inclusão digital e com a universalização dos produtos de telecomunicações.

O senador Rodolpho Tourinho destacou a importância de manter a autonomia das agências reguladoras. Ele recordou que a Casa deve apreciar em breve projeto de lei que tira a autonomia financeira das agências.

O parlamentar afirmou ainda que as contas de telefone são pouco claras, uma vez que não trazem a lista de números para os quais estão sendo cobradas ligações. É preciso dar mais transparência às contas, disse.



DECISÃO CPI deve se reunir hoje para votar 52 requerimentos e avaliar método de trabalho adotado até agora

José Sarney cobra "clima de harmonia"

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que considera exagerado o número de pessoas sobre as quais foi requisitada a quebra de sigilos pela CPI do Banestado. Segundo disse, a própria comissão poderá rever a decisão. É impossível interferir na CPI, assinalou Sarney, que apelou para que o colegiado estabeleça um clima de harmonia.

– Acho o número exagerado e dificilmente se poderia fazer um trabalho aprofundado com

número tão grande de pessoas a serem investigadas. Além disso, a lei diz que o sigilo se levanta para procurar fato determinado, e não para descobrir se há alguma coisa. É uma inversão jurídica, e tenho a impressão de que a própria comissão poderá reverter essa situação.

Conforme o senador, o assunto foi tratado na reunião de líderes na manhã de ontem, e todos os presentes manifestaram preocupação com o encaminhamento dos trabalhos da

comissão de inquérito.

– É preciso encontrar solução para que a comissão possa funcionar em harmonia – salientou.

Sarney também considera improvável encerrar agora os trabalhos do colegiado.

– A CPI tem prazo marcado de mais seis meses e não há condições de encerrar, mas com certeza pode caminhar para um clima de menos atritos, procurando encontrar um espaço de convivência.

Célio Azevedo



ATENÇÃO O presidente Sarney e o assessor para assuntos internacionais do governo, Marco Aurélio Garcia, ouvem explicações sobre o documentário

Sarney elogia documentário da TV Senado

O presidente do Senado, José Sarney, assistiu ontem, no Salão Nobre, à projeção de um compacto do documentário *O Guesa Errante*, sobre o poeta maranhense Sousândrade, realizado pela TV Senado e dirigido por Maria Maia, e ressaltou o grande interesse da obra do poeta para os dias atuais.

– O trabalho feito por Maria

Maia e a equipe da TV Senado foi extraordinário e retrata, de maneira magnífica, esse grande precursor do pensamento poético, que conseguiu uma antecipação de linguagem que foi muito além da Semana de Arte Moderna de 1922 – afirmou.

Joaquim de Sousa Andrade, ou Sousândrade, faleceu em 1902, mas sua obra contém aspectos de ava-

liação da realidade que superam as preocupações de seu tempo, como a crítica ao capitalismo. Guesa era um índio que saía de sua tribo para percorrer o mundo com o destino de ser imolado ao regressar.

O documentário vai ao ar na íntegra, pela TV Senado, no próximo sábado, às 16h, e no domingo, às 16h e às 22h.

Célio Azevedo



REPARAÇÃO Raupp afirma que governo foi omissivo na morte de trabalhadores na reserva Roosevelt

Redução de vereadores pode ajudar municípios

■ Tião Viana propõe que recursos poupados sejam aplicados em projetos sociais, de saúde e de educação

O senador Tião Viana (PT-AC) quer garantir que os recursos decorrentes da redução do número de vereadores, estabelecida pelo Senado, sejam aplicados em programas sociais do município. O projeto de lei complementar do parlamentar (PLS 202/04) sobre o assunto aguarda emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria altera a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na justificativa da proposta, o senador lembra que a decisão

Roosevelt Pinheiro



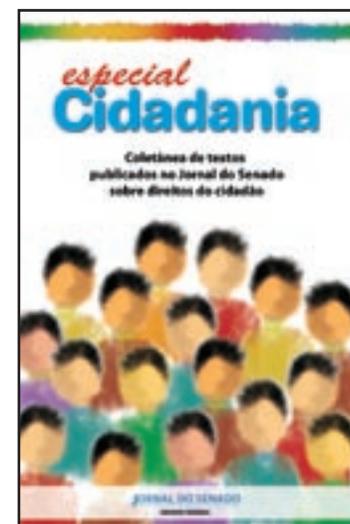
SOLUÇÃO Viana: dinheiro economizado com pagamento de subsídios terá destinação correta

tomada pelo Senado Federal na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55-A, de 1999, a chamada PEC dos Vereadores, que implicou a manutenção da Resolução 1.702, de 2004, do Tribunal Superior Eleitoral, de-

terminou a redução de mais de 8 mil cargos de vereadores nos diversos municípios do país.

“Impõe-se, para que essa mudança atenda ao clamor popular que envolveu a polêmica questão, que os recursos que vão ser economizados com o pagamento dos subsídios dos vereadores tenham uma correta destinação”, afirma o senador na justificativa do projeto.

Tião Viana considera justo que esses valores sejam destinados a programas sociais, de saúde, educação e assistência social, nas cidades onde ocorrer a diminuição do número de vereadores. A proposta permitirá aperfeiçoar os controles já estabelecidos para as despesas das câmaras municipais.



Coletânea reúne edições do Especial Cidadania

O *Jornal do Senado* reuniu em uma cartilha 17 das 32 edições publicadas até maio deste ano na seção *Especial Cidadania*. A coletânea traz, em 64 páginas, informações relevantes para os cidadãos, como os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, formas de como fiscalizar os gastos públicos, os telefones dos parlamentares e dos órgãos públicos para denúncias de abusos contra crianças, idosos e o meio ambiente, entre outros assuntos.

O *Especial Cidadania* foi enviado para autoridades municipais, estaduais e federais, bibliotecas, escolas, associações e entidades de classe.

Batista Motta quer limitar salários

Com o objetivo de melhorar a qualidade do gasto público nos municípios e reforçar a área de segurança pública, uma das principais reivindicações da população, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar neste segundo semestre proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador João Batista Motta (PMDB-ES) que

reduz os gastos com a remuneração dos vereadores.

Essa alteração no texto constitucional, segundo o senador, tem o propósito de direcionar os recursos para as guardas municipais. “Sabe-se que há excessos nas verbas destinadas aos Poderes Legislativos Municipais”, observou Batista Motta na justificativa da sua proposta. “É desejável que os municípios

dediquem-se mais ao cumprimento e execução das leis do que à criação de novas diplomas legais”, emendou.

A PEC 28 de 2004, que aguarda na CCJ parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), fixa um limite constitucional para a remuneração dos vereadores, que não poderá ultrapassar no total a 2,5% da receita do município.

Senadores prestigiam abertura de exposição

Foi aberta ontem, às 18h30, no Espaço Senador Ivandro Cunha Lima, a exposição Jardim de Mel, da artista plástica Melina Pedrosa. O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a artista em seu gabinete, quando manifestou seu estímulo à iniciativa de Melina, que tem 22 anos e é portadora da Síndrome de Down.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) também elogiou os quadros de Melina e disse que o Senado faria bem em continuar abrindo seu espaço para artistas novos.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) contou que seu interesse pelo trabalho de Melina começou depois de ter visto uma tela da pintora, adquirida

por sua filha. Animado pela qualidade das telas, ele propôs a realização da exposição no Senado.

Melina começou a pintar aos 19 anos, quando tomou aulas de pintura com a professora Odalva Guimarães. Seus temas giram sempre em torno de flores, árvores, animais e outros elementos da natureza.



INCENTIVO Heráclito Fortes, a artista Melina Pedrosa, Patrícia Saboya, Agaciel Maia e Tasso Jereissati na abertura da exposição

Genalio Algeia